

CARLOS OTÁVIO FERREIRA DE ALMEIDA

Professor Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Pesquisador Visitante no Institute for Austrian and International Tax Law da Vienna University of Economic and Business, Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP, Mestre em Direito Público pela UERJ, Mestre em Direito Tributário pela University of Florida (Levin)

TRIBUTAÇÃO

INTERNACIONAL DA RENDA

**A Competitividade Brasileira à Luz das
Ordens Tributária e Econômica**

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XII



IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário

QUARTIER LATIN

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	13
Prefácio.....	15
Lista de Abreviaturas.....	21
Introdução	25

Capítulo I – Tributação Internacional e Ordem Jurídica Pós-Moderna, 29

I.1. Tributação internacional na pós-modernidade	30
I.1.1. Tributação no Estado do século XXI.....	30
I.1.1.1. Globalização.....	34
I.1.1.2. Integração econômica e livre mobilidade de bens, pessoas, serviços e capitais	38
I.1.1.3. A importância crescente da tributação da renda no contexto pós-moderno.....	42
I.1.2. Tributação universal e tributação territorial.....	45
I.1.3. Tributação pelo Estado da fonte e pelo Estado da residência	51
I.1.4. Tributação e comércio eletrônico.....	52
I.1.5. Estabelecimentos Permanentes	57
I.1.6. Bitributação internacional	66
I.1.6.1. Causas e efeitos da bitributação internacional	66
I.1.6.2. Medidas unilaterais de combate à bitributação: imputação e isenção.....	71
I.1.6.3. Medidas bilaterais de combate à bitributação: acordos de bitributação	74
I.1.7. Relação do Direito Tributário Internacional com o Direito Econômico	76
I.1.7.1. Características dos Sistemas Tributários Competitivos	80
I.2. Conclusões do capítulo.....	85

Capítulo II – Limitações Jurídicas à Concorrência Tributária Internacional, 89

II.1. Concorrência Tributária Internacional.....	90
II.1.1. Investimento Estrangeiro Direto – IED	90
II.1.2. Conceito de concorrência tributária internacional.....	98
II.1.3. Aspectos positivos e negativos da concorrência tributária internacional	101
II.1.4. “Paraísos fiscais” e regimes de tributação privilegiados.....	103
II.1.4.1. Relatório da OCDE sobre concorrência tributária nociva – 1998.....	103
II.1.4.2. Conceito de “paraísos fiscais”	105
II.1.4.3. Listas de “paraísos fiscais”	116
II.1.5. Mitigação da concorrência tributária: cooperação internacional.....	118
II.1.5.1. Troca de informações em matéria fiscal	121
II.2. Balizas do ordenamento jurídico à concorrência tributária.....	123
II.2.1. O Estado competitivo sob o exame da proporcionalidade	123
II.2.1.1. Concorrência tributária aceitável e concorrência tributária nociva	123
II.2.1.2. Exame de proporcionalidade.....	126
II.2.2. Critérios informadores da tributação da renda no Brasil	132
II.2.2.1. Igualdade	136
II.2.2.1.1. Capacidade contributiva e solidariedade	136
II.2.2.1.2. Progressividade e Proporcionalidade.....	140
II.2.2.2. Praticabilidade	141
II.2.2.3. Indução por normas tributárias.....	143

II.2.2.4. Razoabilidade e Coerência	145
II.2.2.5. Outros princípios constitucionais relevantes para a tributação da renda	146
II.2.3. Fiscalidade e indução sob a Ordem Econômica....	148
II.2.3.1. Limitações da Ordem Econômica às normas tributárias indutoras no plano doméstico.....	148
II.2.3.2. Limitações da Ordem Econômica às normas tributárias indutoras no plano internacional	154
II.3. Conclusões do capítulo	163

Capítulo III – A Tributação como Meio de Atração ao Investimento Estrangeiro Direto, 169

III.1. Incentivos fiscais – regulação e eficiência	170
III.1.1. Normas Tributárias Indutoras	170
III.1.2. Benefícios fiscais: gastos tributários e subvenções diretas	175
III.2. Incentivos fiscais no âmbito dos acordos de bitributação.....	185
III.2.1. Cláusulas de incentivo	191
III.2.1.1. <i>Tax sparing</i> e <i>matching credit</i>	191
III.2.1.2. <i>Tax Sparing</i> : uma reconsideração	195
III.2.1.3 <i>Tax Sparing</i> : reconsideração da reconsideração	197
III.2.2. Deve, afinal, a residência reconhecer os incentivos da fonte?	204
III.2.3. Política de negociação de acordos de bitributação e inserção internacional	207
III.2.3.1. Alemanha	209
III.2.3.2. Chile.....	214
III.2.3.3. China.....	218

III.2.3.4. Estados Unidos	222
III.2.3.5. Índia	226
III.2.3.6. México.....	229
III.2.3.7. Brasil	233
III.3. Conclusões do capítulo.....	238

Capítulo IV – Tributação da Renda e Competitividade Internacional, 243

IV.1. Moldura constitucional da renda no Brasil	244
IV.1.1. Conceito de renda.....	244
IV.1.2. O conceito constitucional de renda no Brasil	248
IV.1.3. O fato gerador do imposto de renda no CTN	253
IV.1.4. Sujeição passiva ao imposto de renda.....	259
IV.1.5. Bases de cálculo do modelo brasileiro do imposto de renda	261
IV.2. Notas sobre o sistema brasileiro de tributação da renda	264
IV.2.1. Visão geral do sistema de tributação da renda	264
IV.2.2. Tributação de não residentes.....	268
IV.3. Análise da coerência de alguns institutos da tributação da renda à luz de critérios constitucionais	269
IV.3.1. Integração da tributação de pessoas físicas e jurídicas.....	271
IV.3.2. Regras <i>CFC – Controlled Foreign Corporations</i>	281
IV.3.3. Preços de Transferência.....	299
IV.3.4. Regras de Subcapitalização	311
IV.3.5. Compensação de lucros e prejuízos.....	321

IV.3.6. Regime Fiscal para Grupos de Empresas –	
<i>Group Tax Regime</i>	325
IV.4. Conclusões do capítulo	334
IV.5. Quadro sinótico dos testes de constitucionalidade	
sobre regras de tributação internacional da renda	336

V. Conclusões, 339

Bibliografia	345
--------------------	-----